



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 NÚMERO DO PROCESSO: Processo licitatório nº 20/2026.

1.2 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Avaliações Psicossociais, contemplando a aplicação das avaliações a todos os servidores do Município (estatutários, celetistas e comissionados), elaboração de relatório semestral dos resultados obtidos e apresentação de plano de ação, em atendimento às exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), atualizada pela Portaria MTE vigente, bem como às obrigações de envio de informações ao eSocial, visando atender às necessidades da Administração Municipal.

### 2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SERVIDOR: Tarcisio da Rosa / Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

SERVIDOR: Geovana Techio Lopes Belica / Secretaria Municipal de Governo

SERVIDOR: Carolina Bonin / Departamento de Recursos Humanos

### 3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

Aplica-se a este ETP o Decreto nº. 707, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024, que disciplina sobre o procedimento e critérios de julgamento de menor preço e maior desconto, e dá outras providências”

Aplica-se a este ETP o Decreto nº. 710, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024, que disciplina sobre a Contratação Direta de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências”

Aplica-se a este ETP a nova lei de licitações 14.133 de DE 1º DE ABRIL DE 2021 que disciplina sobre o estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”



## 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação se faz necessária em razão da atualização da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que passou a exigir a identificação, avaliação e gestão dos riscos psicossociais nos ambientes de trabalho, bem como o envio das informações correspondentes ao eSocial, com vigência obrigatória a partir de 26 de maio de 2025, estabelecendo prazo final para adequação até 26 de maio de 2026.

Nesse contexto, a Administração Municipal possui o dever legal de assegurar condições adequadas de saúde e segurança no trabalho a todos os seus servidores, abrangendo estatutários, celetistas e comissionados, independentemente do vínculo ou da estrutura organizacional, devendo adotar medidas preventivas e corretivas sempre que identificados riscos psicossociais relacionados à organização do trabalho, às relações interpessoais e às condições laborais.

A inexistência de estrutura técnica especializada no quadro permanente do Município para a realização de avaliações psicossociais, análise dos dados, elaboração de relatórios técnicos e proposição de plano de ação torna imprescindível a contratação de empresa especializada, com conhecimento técnico específico e metodologia compatível com as exigências normativas vigentes.

Ressalta-se que a não realização das Avaliações Psicossociais e o descumprimento das obrigações acessórias vinculadas à NR-01 e ao eSocial podem acarretar sanções administrativas, responsabilização do ente público, além de prejuízos à saúde ocupacional dos servidores, impactando negativamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, uma vez que visa assegurar o cumprimento da legislação trabalhista e de saúde ocupacional, a mitigação de riscos institucionais, a proteção da Administração Municipal e de seus agentes, bem como a promoção de um ambiente de trabalho saudável, alinhado aos princípios da legalidade, eficiência, prevenção e gestão responsável dos riscos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 5. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Departamento de Recursos Humanos	Carolina Bonin



## 6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Para o atendimento adequado da necessidade administrativa, a empresa a ser contratada deverá comprovar:

- a) Capacidade técnica para execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente relacionados a avaliações psicossociais, saúde e segurança do trabalho ou gestão de riscos ocupacionais;
- b) Equipe técnica qualificada, composta por profissional(is) legalmente habilitado(s) para a execução das Avaliações Psicossociais, observadas as exigências normativas aplicáveis;
- c) Metodologia compatível com a NR-01, contemplando instrumentos de avaliação, critérios de análise, consolidação de dados e elaboração de relatórios e plano de ação;
- d) Regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente, observadas as regras aplicáveis às contratações diretas previstas na Lei nº 14.133/2021.

### 6.2 Padrões mínimos de qualidade

Como padrões mínimos de qualidade, a contratada deverá observar, no mínimo:

- a) Realização das Avaliações Psicossociais de forma abrangente, contemplando todos os servidores indicados pela Administração;
- b) Elaboração de relatório técnico semestral, contendo análise dos resultados, identificação dos riscos psicossociais e conclusões fundamentadas;
- c) Apresentação de plano de ação, com propostas de medidas preventivas e corretivas compatíveis com os riscos identificados, em conformidade com a NR-01;
- d) Atendimento aos prazos legais e contratuais, garantindo a possibilidade de cumprimento das obrigações acessórias junto ao eSocial;
- e) Observância aos princípios da confidencialidade, sigilo das informações e proteção de dados, especialmente quando envolver informações sensíveis dos servidores.



## 6.3 Natureza da contratação (caráter continuado)

A contratação não possui caráter continuado, tratando-se de serviço de natureza técnica específica, com escopo definido e vinculado à necessidade de adequação do Município às exigências da NR-01, incluindo a realização das Avaliações Psicossociais, emissão de relatório e elaboração de plano de ação, dentro de período previamente determinado.

Embora possa haver necessidade de novas contratações em exercícios futuros, estas dependerão de nova avaliação administrativa, não caracterizando, no presente caso, serviço contínuo nos termos da legislação vigente.

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, foi realizado levantamento de mercado, por meio de consultas a fornecedores que atuam no ramo de saúde e segurança do trabalho, especialmente na execução de Avaliações Psicossociais e gestão de riscos ocupacionais, em conformidade com a NR-01.

A pesquisa demonstrou a existência de diversas empresas especializadas aptas a executar o objeto pretendido, com capacidade técnica e operacional para realizar Avaliações Psicossociais, elaborar relatórios técnicos e apresentar planos de ação compatíveis com as exigências normativas vigentes, não se tratando, portanto, de serviço prestado por fornecedor exclusivo.

Verificou-se, ainda, que os serviços disponíveis no mercado apresentam metodologias equivalentes, baseadas em instrumentos técnicos reconhecidos, permitindo a comparação objetiva das propostas, tanto sob o aspecto técnico quanto econômico, o que viabiliza a realização de dispensa de licitação com disputa, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que o mercado se mostra suficientemente competitivo, inexistindo óbices à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência, sendo plenamente possível a contratação pretendida mediante procedimento de dispensa com disputa.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



# Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Avaliações Psicossociais, abrangendo a aplicação das avaliações a todos os servidores do Município, a elaboração de relatório técnico semestral e a apresentação de plano de ação, em conformidade com as exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) e com as obrigações acessórias relativas ao eSocial.

Tal solução permite o atendimento integral das necessidades da Administração Municipal, uma vez que contempla todas as etapas exigidas pela legislação vigente, desde a identificação e avaliação dos riscos psicossociais até a proposição de medidas preventivas e corretivas, assegurando a adequada gestão dos riscos ocupacionais e a proteção da saúde dos servidores.

Do ponto de vista técnico, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada, considerando a complexidade do objeto, a necessidade de metodologia específica, a análise técnica dos dados coletados e a elaboração de documentos técnicos formais, atividades que demandam conhecimento especializado não disponível na estrutura permanente do Município.

Sob o aspecto operacional, a solução possibilita a execução dos serviços de forma organizada, padronizada e dentro dos prazos legais, garantindo a obtenção de informações confiáveis e a tempestiva adoção de medidas corretivas, bem como o cumprimento das obrigações de envio das informações ao eSocial.

No que se refere ao aspecto econômico, a contratação pretendida revela-se vantajosa para a Administração, uma vez que o custo estimado é compatível com os valores praticados no mercado, encontra-se dentro do limite legal para a dispensa de licitação, e evita gastos adicionais decorrentes de eventuais sanções administrativas, passivos trabalhistas ou a necessidade de estruturação interna específica para a execução do serviço.

Diante do exposto, conclui-se que a solução adotada é a que melhor se adequa à realidade administrativa, por reunir viabilidade técnica, operacional e econômica, sendo capaz de produzir os resultados pretendidos pela Administração Pública, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

***Administração Municipal***

***Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná***



## 9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base no quantitativo atual de servidores vinculados à Administração Municipal, considerando todos os vínculos existentes, incluindo servidores estatutários, celetistas e comissionados, em conformidade com as exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), que determina a avaliação dos riscos psicossociais de forma abrangente, independentemente do regime jurídico.

Para fins de planejamento, considerou-se o universo aproximado de 600 (seiscentos) servidores, número que poderá sofrer pequenas variações em razão de admissões, desligamentos ou alterações funcionais ao longo do período de execução contratual, sem prejuízo da execução do objeto.

Dessa forma, a quantidade estimada contempla:

- 600 (seiscentas) Avaliações Psicossociais individuais, correspondentes ao total de servidores ativos;
- 01 (um) Relatório Técnico Semestral, contendo a consolidação e análise dos dados obtidos;
- 01 (um) Plano de Ação, elaborado com base nos resultados das avaliações realizadas.

A estimativa apresentada mostra-se adequada, suficiente e proporcional para o atendimento integral da necessidade administrativa, permitindo o cumprimento das obrigações legais impostas pela NR-01 e viabilizando a adequada gestão dos riscos psicossociais no âmbito da Administração Municipal.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a pesquisa de preços e orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução.

Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

## 11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular a competitividade com potencial de impacto na redução do preço final de cada item em atendimento ao princípio da competitividade e economicidade.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Após análise da solução proposta e do escopo do objeto, conclui-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a plena execução dos serviços de Avaliações Psicossociais objeto da presente contratação.

Os serviços a serem contratados compreendem, de forma completa e autônoma, a realização das avaliações, a elaboração do relatório técnico semestral e a apresentação do plano de ação, não dependendo da aquisição de bens, da contratação de serviços acessórios ou da execução prévia de outras contratações para que os resultados pretendidos pela Administração sejam alcançados.

Ressalta-se que eventuais medidas administrativas decorrentes das recomendações constantes do plano de ação, caso necessárias, serão objeto de avaliação posterior e independente pela Administração, não constituindo condição para a execução ou validade da presente contratação.

Dessa forma, a inexistência de contratações correlatas ou interdependentes não compromete a execução do objeto, nem gera risco de frustração dos resultados pretendidos, assegurando a viabilidade técnica e operacional da solução adotada.

## **13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

O Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício ainda não foi formalmente elaborado, razão pela qual a presente contratação não se encontra nele prevista.

Não obstante, a contratação decorre de necessidade administrativa concreta e legalmente imposta, em virtude da atualização da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), que estabeleceu a obrigatoriedade da realização de Avaliações Psicossociais e do envio das informações correspondentes ao eSocial, com prazos definidos pela legislação vigente.





# Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

Ressalta-se que a ausência momentânea do PCA não inviabiliza a contratação, desde que devidamente justificada, motivada e autorizada pela autoridade competente, o que se verifica no presente caso, em consonância com os princípios do interesse público, legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente alinhada às necessidades da Administração, atendendo a demanda obrigatória e superveniente, sem prejuízo da posterior consolidação do planejamento anual de contratações do Município.

## 14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se obter a execução integral e qualificada dos serviços de Avaliações Psicossociais, em conformidade com as exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), assegurando o atendimento às obrigações legais e regulamentares impostas à Administração Municipal.

Espera-se, ainda, alcançar os seguintes resultados:

- a) Identificação e avaliação dos riscos psicossociais existentes nos ambientes de trabalho da Administração Municipal, abrangendo todos os servidores, independentemente do vínculo funcional;
- b) Disponibilização de relatório técnico semestral, contendo análise consolidada dos dados obtidos, de forma clara, objetiva e tecnicamente fundamentada;
- c) Elaboração de plano de ação, com proposição de medidas preventivas e corretivas adequadas aos riscos identificados, subsidiando a tomada de decisões administrativas;
- d) Mitigação de riscos institucionais e legais, reduzindo a possibilidade de sanções administrativas, passivos trabalhistas e responsabilização do ente público;
- e) Promoção de ambiente de trabalho mais saudável e seguro, contribuindo para a melhoria das condições laborais e para a eficiência na prestação dos serviços públicos;
- f) Contratação economicamente vantajosa, com obtenção da melhor proposta, observados os padrões mínimos de qualidade e as condições estabelecidas no presente estudo.

***Administração Municipal***

***Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná***





Dessa forma, a contratação pretendida busca produzir resultados técnicos, administrativos e econômicos, alinhados às necessidades da Administração Municipal e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Para a execução da solução proposta, não há necessidade de ajustes nas instalações físicas da Administração, tampouco de aquisição de bens ou contratação de serviços adicionais para que a contratação produza os resultados pretendidos.

A Administração Municipal compromete-se apenas a disponibilizar as informações necessárias, indicar os servidores a serem avaliados e facilitar o acesso da contratada aos setores e unidades administrativas, quando necessário, observadas as normas internas e os princípios da confidencialidade e da proteção de dados.

Dessa forma, a contratação poderá ser executada de forma regular, contínua e eficiente, sem a adoção de providências prévias ou complementares que impactem o cronograma ou o custo da contratação.

## **16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 6 deste ETP.

## **17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, considerando a necessidade administrativa identificada, a solução proposta, a estimativa de quantidades, o levantamento de mercado, bem como a compatibilidade técnica, operacional e econômica da contratação, esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação pretendida.

Conclui-se que a contratação atende ao interesse público, mostra-se necessária para o cumprimento das exigências legais, especialmente aquelas decorrentes da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01),



# Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

e encontra-se em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo apta a produzir os resultados pretendidos pela Administração Municipal.

## ASSINATURAS:

**Tarcisio da Rosa**

**Secretario Municipal de Administração Planejamento e Finanças**

**Geovana Techio Lopes Belica**

**Secretaria Municipal de Governo**

**Carolina Bonin**

**Diretora do Departamento de Recursos Humanos**

***Administração Municipal***

***Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná***